

1º SIMULADO _____ DPE RS



Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado Especial

1º Simulado DPE-RS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para o DPE-RS;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DPE-RS-24-10>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 - A B C D E | 21 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E | 81 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 22 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E | 82 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 23 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E | 83 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 24 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E | 84 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 25 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E | 85 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 26 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E | 86 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 27 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E | 87 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 28 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E | 88 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 29 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E | 89 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 30 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E | 90 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 31 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E | 91 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 32 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E | 92 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 33 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E | 93 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 34 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E | 94 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 35 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E | 95 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 36 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E | 96 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 37 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E | 97 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 38 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E | 98 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 39 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E | 99 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 40 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E | 100 - A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Leia o texto abaixo para responder às questões de número 1 a 6.

Quem me conhece sabe da paixão quase imoderada que alimento pelo rio velho. Ah, rio São Francisco, como é que eu posso falar? O mais fácil de explicar é dizer que ele é meu parente: para nós daqui, parentela é coisa muito forte – e o que a gente ama assim tanto, há de ser pai ou irmão ou pelo menos tio ou primo. Ou avô, ou padrinho. Rio velho meu padrinho, quanto tempo que estes tristes olhos não te viam, e cada vez mais belo e importante, carregando tanta água, tanto peixe, carregando sabe Deus o quê!

Até 1943 a gente nunca tinha visto o rio cara a cara. (Só de avião, mas lá do alto parece mapa, mentira, cinema.) E aí chegamos em Belo Horizonte demandando a Pirapora e, pela primeira vez, ouvimos falar do rio nas conversas de um amigo cuja amizade foi um momento rápido da nossa vida: em poucos dias o conhecemos e em poucos dias também o perdemos, que ele de repente deu adeus e partiu (...) – Sim, o Comandante Otávio Machado foi que nos iniciou no culto do Velho Chico, como dizia ele. Contou-nos casos e lendas, nos deu uns mapinhas clandestinos que ele manuseava como se fossem cartas de amor, nos deu até retratos – pois ele chegava ao ponto de usar retratos no bolso.

Saí de Belo Horizonte – conheci o rio numa madrugada que jamais esquecerei. Desde então...

Aliás, minto. O caso não começou diretamente em 1943. Foi muito tempo antes, muito mais tempo: quando eu tinha exatamente seis anos de idade e, junto com a minha família, ia de muda para o Rio. O navio passava entre Sergipe e Alagoas, e o piloto do navio, meu amigo inseparável (por nome Nestor de Noronha; onde andaré esse moço que, se for vivo, moço mais não será? Ainda andaré de farda branca e terá o retrato da noiva na corrente do relógio?), me chamou para a amurada e me mostrou uma correnteza amarela cortando as águas verdes do mar: “Ande, menina, venha conhecer o rio São Francisco!”

Fiquei olhando, olhando. Já estava longe, e eu ainda olhava. Que rio seria aquele, assim medonho de poderoso para romper as águas do oceano, o oceano Atlântico? Ah, começou de longe. Quando o Comandante Machado nos iniciou no culto, na verdade só estava mesmo soprando brasas velhas.

Bem, agora vocês entendem a razão por que, agora, quando saímos do sertão de Canudos e alcançamos o São Francisco na Barra do Tarrachil, só o que não fiz foi chorar. Mas faltou pouco. Uma espécie de sentimento de culpa, porque vivo tão longe dele, porque só o visito de ano em ano, e assim mesmo as mais das vezes passando por cima, dando adeus de longe, voando a uma légua de altura. Perdendo todos os dias aquela beleza pungente e tão imutável porque intransferível. Uma espécie de beleza sem cura, que não encontra feiúra de paisagem em redor, feiúra de estrada, casebre e pobreza que a estraguem.

QUEIROZ, Rachel de. Coleção O DIA Livros – vol. 6. (Adaptado).

01. De acordo com o texto,

- a) o Comandante Otávio Machado foi quem levou a menina para ver o rio velho pela primeira vez.
- b) a menina conheceu o rio São Francisco em uma viagem para Alagoas.
- c) foi o padrinho da menina quem a levou para conhecer o rio.
- d) aos seis anos, a menina pôde conhecer o rio São Francisco.
- e) velho Chico, padrinho da menina, a levou para ver o rio em Belo Horizonte.

02. Considerado o contexto, traduz-se adequadamente um segmento do texto em:

- a) paixão quase imoderada = fascínio meio indiscriminado
- b) se for vivo, moço mais não será? = caso ainda esteja vivo, não seria tão ingênuo
- c) só o que não fiz foi chorar = a única coisa que não fiz foi lamentar
- d) aquela beleza pungente = aquela benevolência comovedora
- e) Uma espécie de beleza sem cura = um tipo de encanto irreparável

03. As frases abaixo dizem respeito à pontuação do trecho

Aliás, minto. O caso não começou diretamente em 1943. Foi muito tempo antes, muito mais tempo: quando eu tinha exatamente seis anos de idade e, junto com a minha família, ia de muda para o Rio (3º parágrafo).

- i. os dois-pontos foram empregados para indicar uma explicação para a oração imediatamente anterior;
- ii. as vírgulas logo após “e” e logo após “família” isolam um aposto explicativo;
- iii. feitas as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas, o ponto logo após “minto” poderia ser substituído por dois-pontos.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) i
- b) ii
- c) iii
- d) i e ii
- e) i e iii

04. *um amigo **cuja amizade** foi um momento rápido da nossa vida* (2º parágrafo)

O segmento destacado na frase acima exerce a mesma função sintática do segmento destacado em:

- a) Rio velho meu padrinho, quanto tempo que estes tristes olhos não te viam (1º parágrafo).
- b) Sim, o Comandante Otávio Machado foi que nos iniciou no culto do Velho Chico (2º parágrafo).
- c) nos deu uns mapinhas clandestinos que ele manuseava como se fossem cartas de amor (2º parágrafo).
- d) O caso não começou diretamente em 1943 (4º parágrafo).
- e) porque só o visito de ano em ano, e assim mesmo as mais das vezes passando por cima (6º parágrafo).

05. *Sim, o Comandante Otávio Machado foi que nos iniciou no **culto** do Velho Chico, como dizia ele.* (2º parágrafo)

É correto o seguinte comentário sobre a palavra destacada acima, em seu contexto:

- a) é palavra invariável.
- b) está empregada em sentido figurado.
- c) está empregada em sentido pejorativo.
- d) poderia ser substituída por “ritual”.
- e) está empregada com o mesmo sentido observável na frase “aquela senhora participou de uma missa pela manhã e de um **culto** evangélico à noite”.

06. *Rio velho meu padrinho, quanto tempo que estes tristes olhos não **te** viam, e cada vez mais belo e importante, carregando tanta água, tanto peixe, carregando sabe Deus o quê!*

(1º parágrafo)

Sobre o pronome destacado acima, afirma-se com correção, considerada a norma padrão escrita:

- a) é um complemento indireto da forma verbal “viam”.
- b) pode ser apropriadamente suprimido, sem alterar o sentido original do texto.
- c) está empregado em próclise, mas estaria também adequada a ênclise.
- d) a próclise é a única colocação gramaticalmente correta.
- e) poderia ser substituído por “lhe”, sem alterar sentido e correção do texto.

Leia o texto para responder às questões de 7 a 8.

O filme “Quem quer ser um milionário?” conta a história de Jamil Malik, um jovem favelado da Índia que cresceu nas ruas. A história começa quando o rapaz, prestes a ganhar o prêmio de 20 milhões de rúpias num programa de televisão, é preso por suspeita de trapaça e a última etapa do jogo é adiada. Por ser menino de rua, pobre e favelado, os produtores do programa não acreditam que o rapaz seja capaz de saber todas as respostas.

07. A respeito da pontuação, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A vírgula logo após *Malik* foi empregada para isolar um aposto explicativo.
- b) A vírgula logo após *rua* no trecho *menino de rua, pobre e favelado* está separando predicativos do sujeito.
- c) No trecho *menino de rua, pobre e favelado, os produtores*, o trecho *pobre e favelado* está isolado entre vírgulas por ser um aposto explicativo.
- d) No trecho *menino de rua, pobre e favelado, os produtores do programa*, a vírgula logo após *favelado* foi empregada para isolar uma oração subordinada adverbial antecipada.
- e) uma vírgula poderia ser inserida imediatamente após *trapaça* no trecho *suspeita de trapaça e a última etapa* sem prejuízo ao sentido e correção do texto.

08. Por ser *menino de rua, pobre e favelado*, os produtores do programa não acreditam que o rapaz seja capaz de saber todas as respostas.

Os termos sublinhados constituem

- a) substantivos.
- b) advérbio e substantivo, respectivamente.
- c) advérbio e adjetivo, respectivamente.
- d) adjetivo e substantivo, respectivamente.
- e) adjetivos.

09. Está correta a redação da seguinte frase:

- a) Vim até aqui por que não consegui telefonar.
- b) Espero que sobre um dinheirinho para que vocês viagem nas férias.
- c) Tudo aconteceu fazem oitenta e quatro anos.
- d) Em certos momentos, é necessária atenção.
- e) Os jovens se esquecem facilmente de que os amigos são importantes na nossa caminhada.

10. Há forma verbal na voz passiva na frase:

- a) No metrô, já fui abordado por um vendedor que nunca mais vi.
- b) Restam apenas alguns milhares de indivíduos, concluiu o estudo.
- c) Abraçaram-se forte no reencontro.
- d) Arrependeu-se de não ter aceito a proposta.
- e) Assim amanheceu a cidade neste sábado.

11. Vocês dirão que não, que é para a câmera que ele olha, mas na realidade é a mim que ele olha, sabe que em algum lugar, diante de uma tevê, estou a fitar seu rosto atormentado, as lágrimas me correndo pelo rosto;

Moacyr Scliar, “Zap”, in: Os cem melhores contos brasileiros do século. Sel. de Ítalo Moriconi. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pág. 555. Adaptado.

Os termos sublinhados no texto constituem, respectivamente,

- a) artigo - preposição - preposição
- b) artigo - pronome - preposição
- c) pronome - preposição - preposição
- d) preposição - artigo - preposição
- e) artigo - artigo - preposição

Leia o texto abaixo para responder às questões de número 12 a 20.

Comércio ambulante: sob as franjas do sistema

Definir uma política para a economia informal – ou mais especificamente para o comércio ambulante – significa situá-la em contextos de desigualdade, entendendo de que maneira ela se relaciona com a economia formal e de que forma ela é funcional para a manutenção dos monopólios de poder político e econômico. Dependendo do contexto, o poder público formula políticas considerando o caráter provisório do trabalho informal, justificando políticas de formalização com a crença de uma possível “erradicação” da informalidade.

Desse ponto de vista, a falta de um plano municipal para o comércio ambulante nas grandes cidades é emblemática. Trata-se de um sinal que aponta que o comércio ambulante é visto como política compensatória, reservada a alguns grupos com dificuldades de entrada no mercado de trabalho, como deficientes físicos, idosos e, em alguns países, veteranos de guerra. Entretanto, a realidade do comércio ambulante em São Paulo mostra que essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela importante dos ocupados que não se enquadram em nenhuma das três categorias acima. [...]

Há políticas que reconhecem a informalidade como exceção permanente do capitalismo e que acreditam que somente podem “gerenciá-la” ou “domesticá-la” se determinada atividade não gerar conflitos e disputas entre setores da sociedade. Nessa concepção, “gerenciar” a informalidade significa tolerá-la, limitando-a arbitrariamente a um número ínfimo de pessoas que podem trabalhar de forma legalizada, deixando um grande contingente de trabalhadores à mercê da falta de planejamento e vulnerável à corrupção e à violência. Esse perfil de “gestão da exceção” delimita a inclusão de poucos e se omite no planejamento para muitos. No caso de São Paulo, o número de licenças de trabalho vigentes, por exemplo, corresponde no ano de 2013 a apenas 2,5% do contingente total de trabalhadores ambulantes. Em Nova York, apesar de toda a gestão militarizada e excludente, o percentual é de 20%.

Dentro desse raciocínio, “domesticar” a informalidade significa destinar ao comércio ambulante apenas alguns espaços na cidade, mas somente os que não confrontem a lógica de reprodução do capital e, conseqüentemente, a imagem que se quer manter dos espaços em valorização imobiliária. Não só trabalhadores ambulantes, como catadores de material reciclável, moradores de habitações precárias e população em situação de rua são obrigados a ocupar espaços distantes dos vetores de reconfiguração urbana e dos megaeventos corporativos e midiáticos. A “demarcação” de terras onde eles podem estar, trabalhar ou circular passa a ser não uma política afirmativa do direito à cidade, mas do deslocamento dessa população para longe das vistas do “progresso” e do “moderno”. [...]

Em resumo, a ausência de políticas de inclusão é em si uma política. Em algumas das grandes cidades brasileiras, as leis que regulam o comércio ambulante apenas aparentemente servem para incluir, quando, na verdade, são instrumentos de exclusão dos trabalhadores das ruas.

12. De acordo com o texto, a eliminação da informalidade

- a) é um sinal de que o comércio ambulante é visto pelos governos como uma política compensatória.
- b) significa, na verdade, tolerar a informalidade.
- c) deixaria grande parte dos trabalhadores vulneráveis à falta de planejamento e à violência
- d) é o cenário considerado ideal pelo poder público, o que justifica a elaboração de políticas de formalização.
- e) é delimitar o espaço a que os vendedores ambulantes podem ter acesso nas cidades.

13. *de que forma ela é funcional (1º parágrafo)*

limitando-a arbitrariamente a um número ínfimo de pessoas (3º parágrafo)

Os termos sublinhados acima referem-se respectivamente a:

- a) uma política - informalidade
- b) economia informal - sociedade
- c) comércio ambulante - determinada atividade
- d) economia formal - concepção
- e) economia informal - informalidade

14. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- a) Há políticas que reconhecem a informalidade (3º parágrafo)
- b) mas somente os que não **confrontem** a lógica (4º parágrafo)
- c) uma parcela importante dos ocupados que não se **enquadram** em nenhuma das três categorias (2º parágrafo)
- d) a ausência de políticas de inclusão é em si uma política (5º parágrafo)
- e) a realidade do comércio ambulante em São Paulo **mostra** que essa atividade é uma alternativa consolidada (2º parágrafo)

15. A respeito da pontuação do texto, está correto o que consta em

- a) No trecho “Definir uma política para a economia informal – ou mais especificamente para o comércio ambulante – significa situá-la em contextos de desigualdade” (1º parágrafo) os travessões foram usados para efeito de ênfase.
- b) No trecho “Nessa concepção, “gerenciar” a informalidade significa tolerá-la” (3º parágrafo) as aspas na palavra “gerenciar” foram empregadas para indicar um neologismo.
- c) No trecho “onde eles podem estar, trabalhar ou circular” (4º parágrafo) a vírgula imediatamente depois de “estar” poderia ser substituída por ponto final.
- d) No trecho “o comércio ambulante é visto como política compensatória, reservada a alguns grupos com dificuldades de entrada no mercado de trabalho” (2º parágrafo) a vírgula imediatamente após “compensatória” justifica-se por separar uma enumeração de itens de mesma função sintática.
- e) No trecho “Trata-se de um sinal que aponta que o comércio ambulante é visto como política compensatória reservada a alguns grupos” (2º parágrafo) a inclusão de uma vírgula logo após “sinal” prejudicaria a correção do texto.

16. Considere os trechos do texto a seguir

- i. entendendo de que maneira ela se relaciona com a economia formal (1º parágrafo).
- ii. Trata-se de um sinal que aponta que o comércio ambulante é visto como política compensatória (2º parágrafo)
- iii. essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela importante dos ocupados que não se enquadram em nenhuma das três categorias acima (2º parágrafo)
- iv. Esse perfil de “gestão da exceção” delimita a inclusão de poucos e se omite no planejamento para muitos.

Os segmentos destacados nas frases acima exercem a mesma função sintática nos itens:

- a) i, ii e iv.
- b) ii e iv
- c) iii e iv
- d) i e ii
- e) i e iii.

17. Entretanto, a realidade do comércio ambulante em São Paulo mostra que essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela importante dos ocupados (2º parágrafo)

Uma nova redação para a frase acima, em que se mantêm a clareza, o sentido e a correção, está em:

- a) Dessa forma, a realidade do comércio ambulante em São Paulo revela que essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela importante dos ocupados.
- b) Porém, a realidade do comércio ambulante em São Paulo apontou que essa atividade é uma alternativa consolidada para uma grande parte dos ocupados.
- c) A realidade do comércio ambulante em São Paulo, todavia, aponta que essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela significativa dos ocupados.
- d) A realidade do comércio ambulante em São Paulo, conseqüentemente, aponta que tal atividade é uma alternativa consolidada para boa parte dos ocupados.
- e) Segundo a realidade do comércio ambulante em São Paulo, essa atividade é uma alternativa consolidada para uma parcela relevante dos ocupados.

18. Dentro desse raciocínio, “domesticar” a informalidade significa destinar ao comércio ambulante apenas alguns espaços na cidade (4º parágrafo)

Nesse trecho, o verbo destinar é transitivo direto e indireto, regendo um complemento iniciado pela preposição a. Outro exemplo de verbo do texto que é usado com a mesma preposição antes de seu complemento é:

- a) “formula”, no trecho “o poder público formula políticas considerando o caráter provisório” (1º parágrafo)
- b) aponta, no trecho “Trata-se de um sinal que aponta que o comércio ambulante é visto como política compensatória” (2º parágrafo)
- c) “reconhecem”, no trecho “Há políticas que reconhecem a informalidade como exceção permanente do capitalismo” (3º parágrafo)
- d) “delimita”, no trecho “Esse perfil de “gestão da exceção” delimita a inclusão de poucos” (3º parágrafo)
- e) “corresponde”, no trecho “o número de licenças de trabalho vigentes, por exemplo, corresponde no ano de 2013 a apenas 2,5%” (3º parágrafo)

19. Considere o trecho:

Nessa concepção, “gerenciar” a informalidade significa tolerá-la, limitando-a arbitrariamente a um número ínfimo de pessoas que podem trabalhar de forma legalizada, deixando um grande contingente de trabalhadores à mercê da falta de planejamento e vulnerável à corrupção e à violência (3º parágrafo)

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) as ocorrências de crase em “à mercê”, “à corrupção” e “à violência” decorrem do paralelismo sintático.
- b) A preposição “a” no trecho *arbitrariamente a um número ínfimo de pessoas* é exigido pelo vocábulo “arbitrariamente”.
- c) O vocábulo “a” no trecho *arbitrariamente a um número ínfimo de pessoas* levaria crase se fosse substituído o trecho sublinhado por “uma pequena quantidade de pessoas”.
- d) O emprego da crase em “à mercê” justifica-se por ser uma expressão prepositiva de núcleo feminino.

e) No trecho “gerenciar” a informalidade poderia ser incluso o sinal indicativo de crase, sem prejuízo à correção do texto.

20. *Em algumas das grandes cidades brasileiras, as leis que regulam o comércio ambulante apenas aparentemente servem para incluir, quando, na verdade, são instrumentos de exclusão dos trabalhadores das ruas.* (5º parágrafo)

A noção introduzida pelo segmento grifado é de

- a) temporalidade
- b) consequência
- c) causa
- d) explicação
- e) adversidade

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcos Gomes

21. Levando-se em consideração a historicidade dos direitos fundamentais, atualmente, muito se discute acerca da evolução e de uma nova roupagem desses direitos, em especial diante dos novos debates globais. Acerca da teoria construtivista de Erhard Denninger, assinale a resposta correta:

- a) O autor alemão busca fundamentar sua tese na noção de fraternidade, ideia que possui grande cunho simbólico.
- b) A nova trilogia proposta refere-se aos direitos à vida digna, à segurança e à paz, demonstrando grande preocupação com questões envolvendo guerras e terrorismo.
- c) De acordo com o doutrinador, não bastaria pensar em liberdade, devendo a segurança ser concretizada. Da mesma forma, não bastaria pensar em igualdade, mas sim em diversidade. Por fim, a ideia de fraternidade daria lugar à ideia de solidariedade.
- d) O doutrinador enfatiza sua tese na ideia de igualdade, em especial nas questões envolvendo o sistema de cotas na iniciativa privada e no serviço público.
- e) Em que pese o avanço de sua teoria nas questões relacionadas à igualdade, demonstra despreocupação com questões inerentes ao meio ambiente e aos riscos tecnológicos.

22. Destaque o princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais:

- a) a soberania.
- b) a dignidade da pessoa humana.
- c) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) o pluralismo político.
- e) a independência nacional.

23. Acerca da classificação das Constituições, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas Constituições ortodoxas temos uma ideologia, uma forma de pensar.
- b) A Autoconstituição é aquela criada por órgão constituinte do próprio estado.
- c) A Constituição escrita poderá ser codificada ou não codificada.
- d) As Constituições não escritas têm como base os costumes, precedentes e tradições, não sendo possível a coexistência de leis constitucionais esparsas.
- e) A Constituição czarista é outorgada, mas submetida a consulta popular.

24. Acerca da divisão de competências, segundo o texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria pública.
- b) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.
- d) No âmbito da competência concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa complementar, para atender a suas peculiaridades.

e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

25. No que tange ao Poder Constituinte Difuso, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ocorre uma alteração de norma constitucional por meio de processos formais, que podem ocorrer ao longo do tempo.
- b) Existe alteração do texto e do contexto.
- c) Possui forte relação com o fenômeno do maior protagonismo do Poder Judiciário, em especial após o surgimento de uma visão neoconstitucional do Direito.
- d) Somente encontra limites nas possibilidades semânticas do texto.
- e) Essa ideia foi rechaçada no julgamento do foro por prerrogativa de função (STF) – AP n. 937.

26. O constitucionalismo está relacionado à evolução histórico-constitucional de um determinado Estado, marcado por movimentos sociais, políticos e jurídicos, buscando a garantia de direitos fundamentais a separação dos poderes e a limitação do poder dos governantes. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Karl Loewenstein ressalta que os hebreus foram os primeiros a praticar o constitucionalismo, o que demonstra a existência de movimentos constitucionalistas mesmo antes do Constitucionalismo Moderno, momento em que surgiram as primeiras Constituições escritas.
- b) No constitucionalismo antigo grego, destaca-se a existência de uma democracia indireta.
- c) A Magna Carta de 1215 é um dos documentos mais importantes do constitucionalismo americano, marcando a limitação do poder da coroa inglesa sobre as províncias americanas.
- d) O Constitucionalismo Social é marcado por seu viés abstencionista, concretizando os direitos fundamentais de igualdade.
- e) O marco histórico do neoconstitucionalismo é o fim da 1ª guerra mundial.

27. Acerca do direito fundamental à liberdade, assinale a alternativa incorreta, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) O STF tem flexibilizado a admissão de reclamação constitucional em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira.
- b) A incitação ao ódio público contra quaisquer denominações religiosas e seus seguidores não está protegida pela cláusula constitucional que assegura a liberdade de expressão.
- c) Nos movimentos envolvendo a morte de George Floyd nos EUA, pode-se dizer que a reunião é a liberdade-meio e a livre manifestação do pensamento é a liberdade-fim.
- d) Estamos diante de um discurso de ódio se na hipótese concreta uma pessoa, por meio de publicação em livro, incita a comunidade católica a empreender resgate religioso direcionado à salvação de adeptos do espiritismo, mesmo se o faz sem sinalização de violência, dominação, exploração, escravização, eliminação, supressão ou redução de direitos fundamentais.
- e) No que tange a liberdade religiosa em conflito com o direito ao meio ambiente, decidiu a Suprema Corte que é constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

28. Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio, submetendo o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional dentro de 24 horas.
- b) Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, deverá ser por este comunicada imediatamente ao juiz competente, o qual deverá relaxar a prisão, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.

c) Na vigência do estado de defesa é possível, de forma justificada, a incomunicabilidade do preso.

d) Na vigência do estado de sítio, é possível a intervenção nas empresas de serviços públicos, mas não a busca e apreensão em domicílio.

e) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

29. O princípio da autotutela administrativa é decorrência do princípio da legalidade e, a seu respeito, é correto afirmar:

- a) verificada a ilegalidade do ato, a Administração pode optar entre a anulação e a revogação, conforme a conveniência de produção de efeitos ex tunc ou ex nunc, respectivamente.
- b) a anulação do ato administrativo ilegal pela Administração depende de provocação do interessado.
- c) a anulação do ato administrativo que tenha produzido efeitos no campo dos interesses individuais não prescinde de prévio contraditório que garanta o exercício da defesa da legitimidade do ato por aqueles que serão por ela atingidos.
- d) a anulação do ato administrativo ilegal pela própria Administração está imune ao controle jurisdicional.
- e) Todos os Entes Federados possuem o prazo de 05 anos para anular os atos ilegais dos quais resultem efeitos favoráveis aos administrados, quaisquer que sejam os atos, salvo ma-fé.

30. Relativamente à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) O consórcio público é obrigatoriamente constituído como pessoa jurídica de direito público, mediante prévia autorização legislativa, não admitindo estabelecimento de vínculo jurídico com entidades privadas para compartilhamento de recursos financeiros.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de Direito Privado não podendo pagar os seus débitos por meio de precatório.
- d) Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- e) Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.

31. No que diz respeito ao terceiro setor e às entidades paraestatais, assinale a alternativa correta

- a) As organizações religiosas não podem ser consideradas organizações da sociedade civil, sendo vedada a celebração de parcerias do ente público com essas organizações.
- b) A qualificação de uma entidade como organização da sociedade civil não depende de um ato formal, sendo considerada uma qualificação ex lege.
- c) O instrumento por meio do qual a Administração Pública celebra parceria com OSC que não envolva a transferência de recursos financeiros é denominado termo de colaboração.

d) O contrato de gestão é o instrumento jurídico utilizado para que o ente público celebre parceria com as organizações da sociedade civil para o interesse público (OSCIPI)

e) A qualificação de uma entidade privada sem fins lucrativos como organização social (OS) é um ato vinculado.

32. A apuração de conduta faltosa de um detento, cometida dentro de um estabelecimento prisional, bem como a subsunção do fato à norma legal, a decisão quanto à correspondência da conduta a uma falta leve, média ou grave e a aplicação de sanção pelo diretor do estabelecimento corresponde ao poder

- a) de polícia;
- b) jurisdicional;
- c) regulamentar;
- d) disciplinar;
- e) hierárquico.

33. Em relação aos atos administrativos, é possível afirmar que

- a) São atributos dos atos administrativos a imperatividade, a finalidade e a presunção de legitimidade.
- b) Com a convalidação regulariza-se, desde a origem, o ato que possui defeitos sanáveis e desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) A caducidade é a espécie de extinção do ato administrativo por descumprimento das condições fixadas pela Administração Pública ou pela ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato.
- d) Atos negociais são atos bilaterais formados pela manifestação de vontade da Administração Pública e do particular interessado.
- e) Autoexecutoriedade consiste na possibilidade que a Administração Pública possui de criar obrigações ou impor restrições de forma unilateral aos particulares, sem qualquer anuência destes.

34. Quanto aos contratos e licitações públicas, assinale a alternativa correta

- a) O contrato administrativo tem natureza comutativa, sendo o caráter formal indispensável à sua celebração e presente em todos os contratos desta natureza.
- b) À Administração Pública é facultada a exigência de garantia dos licitantes, cabendo ao Poder Público optar por uma das modalidades estabelecidas em Lei.
- c) Na fiscalização do contrato, o representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, devendo requerer à autoridade superior que imponha ao contratado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- d) Nos casos de serviços essenciais, a lei autoriza o apossamento provisório dos bens móveis e imóveis, bem como da utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, para fins de acautelar a apuração de faltas contratuais pelo contratado e na hipótese de rescisão do contrato
- e) A declaração de nulidade produz efeitos ex nunc, não desconstituindo os efeitos jurídicos já produzidos, haja vista a segurança jurídica assegurada ao contratado.

35. Alfredo, agente público do Estado do Rio Grande do Sul, foi processado criminalmente após denúncia de cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativa correta

- a) Alfredo poderá sofrer pena de demissão na esfera administrativa, independentemente da absolvição na esfera criminal.
- b) Não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, devidamente autorizada na esfera criminal.
- c) O processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente, tendo em vista a absolvição na esfera penal.
- d) Se a portaria de instauração do PAD não expor de forma detalhada os fatos a serem apurados haverá nulidade.

e) Se a autoridade competente, ao julgar o PAD, alterar a capitulação legal imputada a Alfredo, o PAD será nulo.

36. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

- a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.
- b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente
- d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.
- e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

37. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

- a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.
- b) A Administração Pública não responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- c) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Município por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

- d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Pública evitar essa conduta do presidiário.
- e) O Estado responde pelos atos praticados pelos foragidos do sistema penitenciário, tendo em vista a sua conduta culposa relativamente ao seu dever de guarda.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

38. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram revogadas pela EC 33/2001.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É inconstitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.

- e) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

40. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.
- e) A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que:

- a) se constituírem;
- b) em regra, estiver domiciliado o seu proprietário;
- c) estiver domiciliado o seu proprietário, quando se tratar de penhor;
- d) em que estiverem situados;
- e) for firmado o contrato, no caso de compra e venda.

42. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio;
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia;
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva;
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil;
- e) as alternativas A e D estão erradas.

43. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é, conforme o Superior Tribunal de Justiça, de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

44. Não é causa que cessa a menoridade:

- a) o casamento de menos de dezesseis anos;
- b) o exercício de emprego público efetivo;
- c) a colação de grau em curso de ensino superior;
- d) o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- e) a emancipação voluntária por concessão dos pais.

45. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

46. Assinale a alternativa que corretamente indica o prazo para que, após a abertura da sucessão definitiva em caso de ausente e sem o seu regresso e na inércia de qualquer outro interessado, ocorra a arrecadação dos bens do ausente em favor do Município.

- a) dois anos;
- b) cinco anos;
- c) três anos;
- d) um ano;
- e) dez anos.

47. Assinale a alternativa que completa a frase conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

É válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Caso seja verificada que o aumento da mensalidade não respeitou os limites e requisitos estabelecidos na Lei nº 9.656/98, o beneficiário poderá ajuizar ação para declarar a nulidade da referida cláusula no prazo:

- a) decadencial de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- b) prescricional de cinco anos para reaver o valor pago em excesso;
- c) prescricional de cinco anos para reaver todas as mensalidades pagas;
- d) prescricional de vinte anos se o contrato vigente tiver sido firmado antes da vigência do Código Civil de 2002;
- e) prescricional de dez anos, já que não há prazo específico previsto na lei.

48. Em relação ao usufruto, é incorreto afirmar que:

- a) o usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades;
- b) salvo disposição em contrário, o usufruto estende-se aos acessórios da coisa e seus acréscidos;
- c) o usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- d) é possível transferir o usufruto por meio de alienação;
- e) todas as alternativas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

49. Marque a alternativa incorreta a respeito da competência:

- a) Para as ações de divórcio, será competente o foro do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.
- b) O CPC autoriza que as partes estabeleçam cláusula geral de eleição de foro oral.
- c) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.
- d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- e) A mudança superveniente de competência absoluta exige o deslocamento da causa para outro juízo, salvo se já houver sido proferida sentença.

50. Uma ação é idêntica à outra, de acordo com o Código de Processo Civil, quando

- a) os fatos jurídicos forem os mesmos em ambas as ações.
- b) os autores e os réus dos processos forem os mesmos em ambas as ações.
- c) o pedido de uma ação for mais amplo que o da outra.
- d) as partes, a causa de pedir e os pedidos forem os mesmos em ambas as ações.
- e) os fundamentos jurídicos forem os mesmos em ambas as ações.

51. Acerca dos pressupostos processuais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nem toda falta de pressuposto processual leva ao juízo de inadmissibilidade do processo.
- II. Nem toda falta de pressuposto processual pode ser conhecida a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- III. O sistema de invalidades do CPC deve ser aplicado aos pressupostos processuais, de modo que sempre deve se buscar a correção do defeito.
- IV. Nem toda falta de um pressuposto processual impede a decisão de mérito.

Estão corretos os itens:

- a) I e IV
- b) I, III e IV
- c) II e IV
- d) apenas IV
- e) I, II, III, IV

52. Assinale a alternativa correta a respeito da alegação de impedimento e suspeição do juiz:

- a) O juiz não pode indeferir a petição de exceção de impedimento ou suspeição, pois, sendo parte no incidente processual, é incompetente para essa decisão.
- b) Apresentado o incidente, o processo não é suspenso.
- c) Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, sendo essa decisão irrecorrível.
- d) A declaração pelo magistrado de suspeição por motivo superveniente tem efeitos retroativos, importando em nulidade dos atos processuais praticados em momento anterior ao fato ensejador da suspeição.
- e) No prazo de 10 (dez) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

53. Sobre a resposta do réu, marque a alternativa correta.

- a) As impugnações à justiça gratuita e ao valor da causa deverão ser feitas por meio de exceção, em peça apartada.
- b) A regra da eventualidade se situa no plano vertical, na medida em que versa sobre a profundidade (qualidade) da defesa que se fará. Doutro lado, o ônus da impugnação específica reside no plano horizontal, tendo em vista que exige a apresentação de toda a matéria de defesa.
- c) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 05 (cinco) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- d) Apenas no caso de alegação de incompetência absoluta é possível que a contestação seja protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.
- e) Quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, incumbe ao sócio ou a pessoa jurídica, na contestação, impugnar não somente a própria desconsideração, mas também os demais pontos da causa.

54. Sobre o procedimento de interdição, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, deverá ser nomeado curador especial. É vedada a admissão, como assistentes no processo, do seu cônjuge, companheiro ou de qualquer parente sucessível.
- II. A interdição não pode ser promovida pelo Ministério Público, que deverá atuar apenas na condição de fiscal do ordenamento jurídico.
- III. Dentro do prazo de 10 (dez) dias contado da entrevista, o interditando poderá impugnar o pedido.
 - a) I, II e III são falsas.
 - b) Apenas III é falsa.
 - c) Apenas I e II são falsas
 - d) I, II e III são verdadeiras.
 - e) Apenas II e III são verdadeiras.

55. Marque a alternativa incorreta a respeito dos atos processuais:

- a) Se o juiz rejeitar a alegação de nulidade por vício na citação, se for processo de conhecimento, o réu será considerado revel; se for processo de execução, o feito terá seguimento.
- b) Mesmo que não haja procuração com poderes específicos para receber citação, o comparecimento do advogado e a retirada dos autos em cartório perfectibiliza a citação.
- c) Não supre a falta de citação em ação revisional de alimentos o comparecimento do réu para contraminutar agravo de instrumento contra decisão denegatória de tutela antecipada, sem que haja qualquer pronunciamento na ação principal por parte do demandado.
- d) Se não observadas as formalidades legais do procedimento citatório, e não havendo comparecimento espontâneo do réu, a citação será nula.
- e) A falta de nulidade é vício fundado na ordem pública, que não se sujeita à preclusão, de modo que é dever do magistrado, caso o identifique, buscar a superação do vício com vistas à decisão integral de mérito.

56. Sobre execução de prestação alimentícia, leis as assertivas a seguir:

- I. Aos alimentos transitórios não se aplicam os instrumentos especiais da execução de prestação alimentícia.
- II. Os instrumentos diferenciados da execução de alimentos se aplicam tanto ao cumprimento de sentença quanto à execução de título extrajudicial.
- III. O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem competência para julgar a execução de alimentos que tenham sido fixados a título de medida protetiva de urgência fundada na Lei Maria da Penha em favor de filho do casal em conflito.

Estão corretos os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I e II.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

57. A compatibilização dos interesses dos participantes das relações de consumo, bem como da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico representam objetivos relacionados ao:

- a) Princípio da vulnerabilidade.
- b) Princípio da intervenção estatal.
- c) Princípio da educação e da informação.
- d) Princípio da qualidade e segurança.
- e) Princípio da harmonia nas relações de consumo.

58. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, acerca dos contratos de plano de saúde, é correto afirmar:

- a) É legítima a recusa de cobertura pelo plano de saúde de cirurgias complementares de caráter reparador ou funcional em paciente pós-cirurgia bariátrica, ainda quando se revelarem necessárias ao pleno restabelecimento do segurado acometido de obesidade mórbida.
- b) O plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, e o tipo de tratamento utilizado para a cura de cada uma, sendo legítima a cláusula contratual que exclui tratamento domiciliar (*home care*).
- c) É legítima a recusa da operadora de plano de saúde em arcar com a cobertura de medicamento prescrito pelo médico para tratamento do beneficiário, quando se trate de fármaco off-label, ou utilizado em caráter experimental, não previsto em rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- d) Aplica-se aos planos de saúde na modalidade de autogestão o princípio da força obrigatória do contrato (*pacta sunt servanda*), sendo necessária a observância das regras-gerais do Código Civil em matéria contratual, em especial a da boa-fé objetiva e de seus desdobramentos.
- e) Em plano privado de assistência à saúde, é abusiva cláusula contratual que estabeleça a coparticipação do usuário nas despesas médico-hospitalares em percentual sobre o custo de tratamento médico realizado sem internação, ainda que não caracterize financiamento integral do procedimento por parte do usuário, ou fator restritor severo ao acesso aos serviços.

59. No caso do fornecedor de produtos ou serviços que recusa cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, pode o consumidor:

- a) alternativa ou cumulativamente, à sua escolha, requerer o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.
- b) alternativamente e à sua escolha, rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos
- c) alternativamente e à escolha do fornecedor, aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente.
- d) cumulativa ou alternativamente, e à escolha sua, em acordo com o fornecedor, rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, excluindo perdas e danos.
- e) alternativamente e à sua escolha, em acordo com o fornecedor, requerer o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade, com abatimento do preço.

60. Com relação à coisa julgada nas ações coletivas, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) Nas causas de interesses difusos, a sentença de improcedência fará coisa julgada erga omnes.
- b) Nas causas de interesses coletivos, a sentença fará coisa julgada erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- c) Na hipótese de direitos individuais homogêneos, a sentença fará coisa julgada erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.
- d) Nas causas de interesses difusos, após o trânsito em julgado de sentença procedente, qualquer legitimado poderá ajuizar outra ação com mesmo pedido e causa de pedir, valendo-se de nova prova.
- e) Os efeitos da coisa julgada, tanto nas causas de interesses individuais homogêneos como nas de coletivos, não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

- 61.** Analise as afirmações adiante e, à luz da doutrina, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Norma penal em branco ao revés (ou invertida) é aquela em que a complementação se dá no preceito sancionador e não no mandamento proibitivo.
 - b) Do princípio da intervenção mínima do Direito Penal decorrem a sua subsidiariedade e a sua fragmentariedade.
 - c) Os crimes comissivos por omissão são aqueles cuja norma penal já prevê, em si, uma conduta omissiva como típica, não dependendo de resultado naturalístico para sua consumação.
 - d) Entre outras características, o Direito Penal tem natureza constitutiva e sancionatória.
 - e) Pelo princípio da confiança, todo aquele que se conduz com observância ao dever de cuidado objetivo exigido, pode esperar que os demais participantes de idêntica atividade procedam do mesmo modo.
- 62.** As atividades desportivas, mesmo que violentas, são fomentadas pelo Estado em normas constitucionais ou infraconstitucionais. Utilizando o exemplo de artes marciais, é notável que podem acontecer lesões corporais e até mesmo morte em relação aos envolvidos, em vista dos riscos inerentes às próprias atividades. Nesse sentido, conforme a doutrina de Zaffaroni e Nilo Batista, é correto afirmar que:
- a) Além da tipicidade formal e material, a antinormatividade deve ser requisito para que se considere a conduta típica, o que não ocorre quando há lei fomentadora da prática esportiva.
 - b) Uma mordida na orelha, no contexto de uma luta de boxe, exclui a tipicidade conglobante, por envolver um esporte violento e permitido pelo Estado.
 - c) As condutas realizadas dentro das regras do jogo, ainda que se trate de esporte violento, devem ser consideradas materialmente atípicas.
 - d) A adequação social deve orientar o juiz para análise do risco não permitido, apto a gerar a imputação do resultado ao agente, razão pela qual deve-se considerar não culpável a conduta tida por aceitável pela sociedade, conforme a teoria social da ação.
 - e) A intervenção médica, segundo a *lex artis*, representa exercício regular do direito do médico a exercer sua profissão.

63. Julgue os itens a seguir:

I – O Município de Passo Fundo aprovou a Lei Municipal n. 525/2020, a qual prevê que os moradores só podem sair de casa com utilização de máscaras de proteção, durante o período da pandemia. Determinada mulher tenta entrar no supermercado sem o uso do equipamento de proteção. Orientada pelo gerente, que lhe oferece uma máscara, ela se recusa, diz que possui direito de ir e vir, e tenta ingressar no estabelecimento da mesma forma. Os seguranças do estabelecimento, então, a impedem de ingressar e acionam a Brigada Militar. A mulher cometeu o delito de infração de medida sanitária preventiva.

II- Raul e Mário, versados na prática de delitos patrimoniais, resolvem, no pico da pandemia de Covid-19, subtrair respiradores que, como sabiam previamente, chegariam às 11 horas de 29 de maio ao Hospital Municipal de Canela, transferido de outro estabelecimento público de saúde, por necessidade de remanejamento, dada a calamidade naquele local. Nenhum dos dois é servidor público, tendo conseguido a informação ouvindo a conversa de uma enfermeira, que é vizinha deles, com a sua mãe sobre o trabalho que executaria naquele dia. Cometeram o crime de furto qualificado pelo concurso e majorado por atingir o patrimônio municipal.

III - João tomou posse como Delegado na cidade de Novo Hamburgo, onde havia passado toda a sua vida. Recebeu um ofício do Ministério Público, requerendo a investigação por malversação de verbas públicas. Logo em seguida, ele se recordou de que o prefeito era amigo de sua família de longa data, sendo tomado por sentimento pessoal de gratidão e ficou pensando na gratidão que possuía pela família do prefeito. Considerando que João praticou as diligências de forma indevida, transgredindo normas de serviço, para evitar a descoberta de eventuais crimes cometidos, ele praticou o delito de prevaricação.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

64. Jacinto queria matar seu inimigo, já que ele havia começado a traficar drogas na região de seu domínio. Então, pega seu revólver e vai até a praça, onde dispara vários projéteis contra ele, mas acaba atingindo Pedro, um idoso que estava passeando com seu cachorrinho na praça. Pedro falece em virtude dos ferimentos causados. Jacinto, que tem astigmatismo e miopia, errou a pontaria.

Assinale a alternativa que traz a situação em que incorreu Jacinto e a consequência penal:

- a) *Error in persona*, responderá por homicídio consumado.
- b) *Error in objecto*, responderá por homicídio tentado.
- c) *Aberratio ictus* por erro no uso dos meios de execução, responderá por homicídio doloso consumado.
- d) *Aberratio ictus* por acidente, responderá por homicídio culposo.
- e) Erro de tipo essencial, só podendo responder por culpa.

65. Assinale a alternativa que não representa um entendimento consolidado do STJ:

- a) O indulto extingue os efeitos primários (pretensão executória) e secundários da condenação, mas não atinge os efeitos extrapenais.
- b) O prazo prescricional da pretensão executória começa a correr com o trânsito em julgado para a acusação.
- c) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- d) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos
- e) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

66. Analise as seguintes assertivas:

I – De acordo com a teoria preventiva especial, a pena busca evitar que o agente volte a delinquir. Deste modo, o encarceramento, por exemplo, evita a reincidência durante o período de sua duração.

II – Segundo a teoria absoluta ou da retribuição, a pena é um meio para se alcançar determinados resultados, que variam conforme a vertente adotada.

III – A teoria da coculpabilidade às avessas preconiza que aquele sujeito, crescido em favela, sem condições de escolher muito sobre seu futuro, deve ter sua pena dosada ou perdoada, considerando a culpa da sociedade quanto a seus atos delitivos.

IV – A teoria correccionalista preconiza que a pena tem como função a correção ou melhora do indivíduo.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) III e IV.

67. Eustáquio, maior de idade, subtraiu a bolsa de Sofia, uma idosa que passava pelo local. Ela gritou e Paulo, educador físico que passava pelo local, correu atrás de Eustáquio e o perseguiu por 10 quadras, quando então conseguiu alcançá-lo e detê-lo até a chegada de polícia.

De acordo com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que Eustáquio praticou o crime de roubo:

- a) Tentado, uma vez que não conseguiu a posse mansa e pacífica do dinheiro subtraído.
- b) Consumado, uma vez que o STJ adota a teoria da *apprehensio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- c) Consumado, uma vez que STJ adota a teoria da *ilatio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- d) Tentado, uma vez que o STJ adota a teoria da *ablatio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.
- e) Tentado, uma vez que o STJ adota a teoria da *contractacio* no que se refere ao momento consumativo do roubo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

68. Ao oferecer denúncia pela prática de furto qualificado, o representante do Ministério Público requereu a prisão preventiva de Higor:

- a) caso o juiz decrete a prisão preventiva, deverá revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- b) nos exatos termos do art. 312 do CPP, o juiz pode decretar a prisão preventiva como garantia da ordem pública, para recomposição de verbas públicas, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- c) o juiz não poderá revogar a prisão preventiva de ofício, mesmo que no decorrer do processo verifique a falta de motivo para que subsista.
- d) a prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar ser o agente réu primário e de bons antecedentes.
- e) em razão do princípio *in dubio pro reo*, a decisão que denegar a prisão preventiva não precisa ser fundamentada.

69. Sobre as provas é correto afirmar que:

- a) as falsas memórias podem se apresentar na forma de lembranças distorcidas, embora a pessoa sinceramente acredite que vivenciou o evento e podem ser evitadas com o uso de técnicas que reforcem a indução no interrogatório e nos depoimentos.
- b) está proibida de depor em processo penal a pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo, salvo se, desobrigada pela parte interessada.
- c) o interrogatório do acusado pode ser realizado por sistema de videoconferência, desde que necessária a medida para prevenir risco à segurança pública e intimadas as partes da decisão que o determinar com 05 (cinco) dias de antecedência.
- d) a utilização do sistema de videoconferência é medida excepcional prevista em lei e somente pode ser utilizada para realizar interrogatório de réu preso.

e) quando o interrogado for surdo-mudo, o interrogatório será feito por meio de intérprete.

70. A prisão domiciliar no processo penal:

- a) pode ser concedida à gestante somente a partir do 6º (sexto) mês de gestação ou em caso de gravidez de risco.
- b) é vedada quando o crime for cometido pela mãe contra seu filho ou dependente, bem como se a acusada for reincidente em crime doloso.
- c) pode ser concedida quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência.
- d) consiste no recolhimento do réu à sua residência nos períodos noturnos e de folga.
- e) deve ser concedida a mulher com mais de 70 anos.

71. Sobre os recursos no processo penal, é INCORRETO afirmar:

- a) o recurso de apelação deve ser interposto em 05 dias, com prazo em dobro para a Defensoria Pública e o Ministério Público.
- b) constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
- c) o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela, salvo quando nula a decisão de primeiro grau.
- d) os embargos infringentes e de nulidade são exclusivos da defesa.
- e) no caso de concurso de agentes, ocupando ambos o polo passivo de uma ação penal, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

72. Com relação à citação no processo penal, é correto afirmar que:

- a) a citação por edital suspende o processo e o prazo prescricional no momento da sua publicação no diário oficial.
- b) o funcionário público será citado por intermédio de seu superior hierárquico.
- c) a citação por edital é medida excepcional, podendo ser tomada apenas quando esgotados os meios de localização do réu, com prazo de 30 (trinta) dias.
- d) o juiz poderá determinar a produção de provas consideradas urgentes se o acusado, citado por edital, não comparecer para defender-se em ação penal, nem constituir advogado.
- e) a citação do acusado, em lugar sabido, no estrangeiro, será feita mediante carta rogatória, suspendendo-se o processo, mas não o curso do prazo prescricional, até seu cumprimento.

73. Qual dos princípios a seguir NÃO é encontrado na justificação da existência da revisão criminal:

- a) coisa julgada relativa.
- b) paridade de armas.
- c) *favor rei*.
- d) ampla defesa.
- e) publicidade.

74. Acerca do inquérito policial e da polícia judiciária, é correto afirmar:

- a) o ofendido ou seu representante legal e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade policial em respeito ao contraditório.
- b) o inquérito policial é procedimento escrito, sigiloso, indispensável e preparatório da ação penal.
- c) o indiciamento, dentro de um inquérito policial, pode ocorrer por determinação do Ministério Público.
- d) em caso de ausência de indícios de autoria, poderá o inquérito ser arquivado pelo Delegado de Polícia ou pelo Promotor de Justiça responsável pela investigação.

- e) a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

DIREITO DAS EXECUÇÕES PENAIS

Ivo Marques

75. O exame criminológico é utilizado na fase de Execução Penal em algumas situações definidas na lei e na jurisprudência. Consiste em exames presenciais e, em algumas oportunidades, a uma simples entrevista entre o perito e o reeducando. A respeito do criminológico, aponte a alternativa correta:

- a) requisito facultativo, mediante decisão fundamentada do magistrado, para crimes praticados com violência ou grave ameaça contra a pessoa.
- b) requisito facultativo para a concessão de benefícios, quando necessário, mediante decisão fundamentada do magistrado, consideradas as peculiaridades do caso.
- c) requisito obrigatório para a concessão de benefícios em relação aos condenados pela prática de crime hediondo, não podendo ser utilizado para crimes comuns.
- d) vedado pela Lei de Execução Penal desde 2003, por força das alterações trazidas pela Lei 10.792.
- e) requisito obrigatório para a concessão da progressão de regime, livramento condicional e remição de pena.

76. A Defensoria Pública vem obtendo muitas conquistas legislativas por força de sua incessante luta pela observância dos direitos individuais na fase de execução penal. Dentre essas conquistas, alterações relevantes foram positivadas em relação à detração e à remição da pena. Aponte a alternativa correta a respeito desses institutos:

- a) O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.
- b) Pelo instituto da remição, o período de prisão provisória por fato que resultou a condenação executada deve ser considerado no cômputo do cumprimento da pena imposta pela sentença.

- c) A detração consiste na possibilidade de o apenado diminuir parte do tempo de execução da pena pelo trabalho, sendo que a contagem do tempo para tal fim será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.
- d) O tempo remido não é computado para a concessão do indulto, somente para o deferimento do livramento condicional.
- e) O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo detraído, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

77. Centenas de presas elaboraram em conjunto e de próprio punho requerimento para que cumprissem a sua pena em regime domiciliar pois todas são mães e acreditam ter esse direito. A petição foi feita de próprio punho e apresentada pela Defensoria ao Juiz da Execução que indeferiu de plano por ausência de previsão legal. O inconformismo do defensor público estará representado no recurso:

- a) de apelação, com fundamento no art. 593, II, do CPP.
- b) de correção parcial, pela inversão tumultuária causada pelo magistrado.
- c) em sentido estrito, com fundamento no artigo 581 do CPP.
- d) de ofício, por não haver na Lei de Execução Penal previsão de recurso para essa situação.
- e) de agravo em execução, conforme o texto da Lei de Execução Penal.

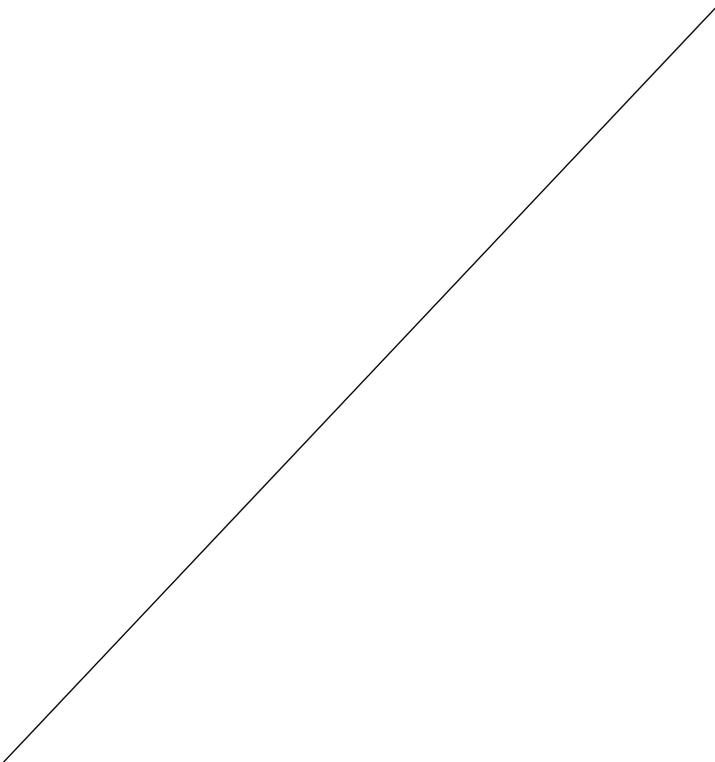
78. Indique a alternativa que apresenta informações corretas sobre a regressão de regime prisional e faltas disciplinares.

- a) A falta disciplinar de natureza grave cometida pelo executando acarreta o reinício do cômputo do interstício necessário ao preenchimento do requisito objetivo para a concessão do benefício da progressão de regime bem como a perda total do tempo remido.
- b) Segundo os princípios da estrita legalidade e da anterioridade, consideram-se faltas disciplinares, classificadas em leves, médias, graves e gravíssimas, apenas as que sejam previstas expressamente na LEP e que sejam anteriores à prática do fato.

- c) Admite-se a regressão de regime prisional, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado frustrar os fins da execução ou não pagar a multa cumulativamente imposta.
- d) Considera-se falta média a inobservância, pelo condenado à pena privativa de liberdade, do dever de obediência ao servidor e do respeito a qualquer pessoa com quem se relacione no ambiente prisional, bem como do dever de cumprir as ordens recebidas.
- e) A autoridade administrativa é detentora do poder disciplinar exercido sobre o preso na execução das penas restritivas de direitos, podendo, em caso de falta grave do sentenciado, suspender-lhe automaticamente o direito às saídas temporárias e decidir pela regressão de regime, ouvido previamente o condenado.

CRIMINOLOGIA

DISCIPLINA CANCELADA



DIREITOS HUMANOS

Lúcia Reinert

81. Em relação ao Caso Luiza Melinho vs Brasil, assinale a alternativa correta:

I- Foi admitido perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o caso Luiza Melinho que tratou, de maneira principal, do direito à realização de cirurgia de afirmação sexual.

II- De acordo com a Corte Interamericana, o Estado do Brasil teria violado os direitos humanos ao negar a realização de uma cirurgia de afirmação sexual através do sistema público de saúde e negado a pagar-lhe a realização da cirurgia em um hospital particular

III- No caso Luiza Melinho ocorreram a violação dos seguintes direitos: integridade pessoal, proteção da honra e dignidade, igualdade perante a lei, entre outros direitos previstos na CADH.

IV- A jurisprudência do sistema interamericano já estabeleceu que a orientação sexual, a identidade de gênero e a não discriminação por motivos de gênero são componentes fundamentais da vida privada das pessoas.

V- O direito à vida privada garante esferas da intimidade que o Estado ou ninguém pode invadir, tais como a capacidade para desenvolver a própria personalidade e aspirações e determinar sua própria identidade, bem como campos de atividade das pessoas que são próprios e autônomos de cada um, tais como suas decisões, suas relações interpessoais e familiares e seu domicílio

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas a I, II, III estão corretas.
- c) Apenas a I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas uma está incorreta.
- e) Apenas duas afirmações estão corretas.

82. Com base no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o entendimento do STF, assinale a alternativa correta:

a) Em 2018, ao sentenciar o Caso do Povo Indígena Xucuru e seus Membros vs. Brasil, a Corte IDH tratou do direito à propriedade coletiva da terra.

b) No caso Herzog e outros vs. Brasil, a Comissão Interamericana determinou que os fatos ocorridos contra o jornalista Vladimir Herzog devam ser considerados crime contra a humanidade, de acordo com a definição do direito internacional. Para a Corte IDH, o Brasil não pode invocar prescrição ou aplicar o princípio ne bis in idem, a Lei de Anistia ou qualquer outra disposição similar do direito interno para escusar-se de seu dever de investigar e punir os responsáveis pelos crimes de que foi vítima Vladimir Herzog.

c) Assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o STF entende que os crimes cometidos em um contexto sistemático e generalizado à população civil é imprescritível.

d) Para o STF, o Brasil não subscreveu a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, logo, é imprescritível.

e) Para o STF, tanto a lei interna quanto a sistemática internacional podem dispor sobre prescritibilidade ou imprescritibilidade de crimes no Brasil

83. Quanto ao crime de desacato e a (in)convencionalidade, assinale a alternativa incorreta.

a) O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo que no artigo 13 da referida convenção consta expressamente o direito à liberdade de expressão.

b) O Pacto de São José da Costa Rica possui status supralegal, estando hierarquicamente acima das leis, mas abaixo da Constituição Federal, eis que não foi recepcionado nos moldes do artigo 5º, §3º da CF/88.

c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos já manifestou entendimento no sentido de que leis de desacato se prestam ao abuso, como meio para silenciar ideias e opiniões consideradas incômodas bem assim proporcionam maior nível de proteção aos agentes do Estado do que aos particulares, em contravenção aos princípios democrático e igualitário.

d) O Brasil já foi responsabilizado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão de ter admitido sentenças penais condenatórias transitadas em julgado pela prática de desacato.

e) No julgamento da ADPF 496 do STF, por maioria, o STF entendeu que o tipo penal do desacato não ofende a liberdade de expressão, uma vez que encontra seus limites quando de eventual utilização como pretexto para violações graves a outros interesses e direitos fundamentais.

84. Em relação a ADPF 347 do STF, o direito internacional do Humano atrás das grades, o COVID e realidade prisional brasileira, assinale a alternativa incorreta, com base no Sistema Onusiano e Interamericano de direitos humanos.

a) A Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou, em 31/3/2020, a Nota de Posicionamento – Preparação e respostas à Covid-19 nas prisões, admitindo o contexto de maior vulnerabilidade social e individual das pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos penais.

b) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) igualmente afirmou, por meio de sua Resolução n. 1/2020, a necessidade de adoção de medidas alternativas ao cárcere para mitigar os riscos elevados de propagação da Covid-19 no ambiente carcerário

c) A Corte Interamericana igualmente afirmou, por meio de sua Resolução n. 1/2020, a necessidade de adoção de medidas alternativas ao cárcere para mitigar os riscos elevados de propagação da Covid-19 no ambiente carcerário

d) Entre as recomendações previstas pela Resolução 1/20 a Comissão Interamericana recomendou aos países da Organização dos Estados Americanos (OEA) a reavaliação das prisões dos casos de prisão preventiva para substituição por medidas alternativas, especialmente nos grupos mais vulneráveis à COVID-19.

e) O Brasil já sofreu medida cautelar em relação a Cadeia Pública de Jorge Santana no Rio de Janeiro, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Reinert

85. Na comarca de Viamão, o adolescente Antonio da Silva, foi surpreendido praticando ato infracional análogo ao tipo previsto no art. 157 do Código Penal. Após o regular trâmite processual, advém sentença aplicando medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pelo prazo máximo de seis meses. Como Defensor Público e conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, o prazo da prescrição da pretensão de executar a medida socioeducativa é de

- a) 6 anos
- b) 4 anos
- c) 2 anos
- d) 1 ano e 6 meses
- e) 3 anos

86. De acordo com a jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta em relação ao direito constitucional à educação.

- a) Conforme atual é ilegítimo o indeferimento administrativo de matrícula no primeiro ano do ensino fundamental às crianças que não tiverem completado 06 anos de vida até 31/03 do ano em que pretendem ingressar no ensino fundamental.
- b) A previsão legal de acesso à educação em unidade próxima a de sua residência é um direito da criança e um poder-dever do Poder Público, não podendo, portanto, tal disposição ser invocada pelo Município para, compulsoriamente, transferir uma criança de unidade escolar.
- c) O STF, por unanimidade, decidiu que o ensino domiciliar (Homeschooling) é incompatível com a Constituição Federal de 1988.
- d) Não é dever do poder público assegurar às crianças a existência de vaga em estabelecimento de educação infantil, localizado até o limite de 2 km de sua residência, uma vez que, na hipótese de existência de vaga apenas em instituição mais distante, é possível a concessão de transporte.
- e) De acordo com o STF, é constitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a “ideologia de gênero” nas escolas municipais

87. Assinale a alternativa correta, conforme assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) O ECA prevê um rol taxativo de direitos, entre eles a escolarização e profissionalização do adolescente.
- b) A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, exceto dos pais ou responsáveis.
- c) É admissível a incomunicabilidade do adolescente, de forma excepcional, desde que existam motivos fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.
- d) A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, em qualquer hipótese.
- e) A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta

88. Sobre o regime disciplinar aplicável a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o SINASE (Lei Federal 12.594/12) nenhum jovem deve ter a seu cargo funções disciplinares exceto no que se refere à supervisão de atividades sociais e educativas.
- b) Nenhum socioeducando poderá desempenhar função ou tarefa de apuração disciplinar ou aplicação de sanção nas entidades de atendimento socioeducativo
- c) É admissível a sanção disciplinar ainda que sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar e o devido processo administrativo, caso o ato praticado tenha sido de extrema gravidade.
- d) Todas as entidades de atendimento socioeducativo deverão, em seus respectivos regimentos, realizar a previsão de regime disciplinar que procederá com a apuração da falta disciplinar por comissão composta

pelo juízo da vara da infância e juventude da comarca em que o adolescente está cumprindo medida socioeducativa.

- e) Incumbe exclusivamente ao Juiz da Vara da Infância e Juventude do local em que o adolescente está cumprindo medida socioeducativa a apuração de faltas disciplinares.

89. Em relação a jurisprudência da Corte Interamericana e da Comissão Interamericana, bem como do Direito Internacional dos Direitos Humanos das Crianças, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Opinião Consultiva 17/2002 da Corte Interamericana estabelece a condição jurídica e consagra os direitos humanos das crianças.
- b) O interesse superior da criança, consagrado no art. 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança, representa princípio regulador da normativa dos direitos da criança, fundado na dignidade mesma do ser humano, nas características próprias da criança, e na necessidade de propiciar o desenvolvimento delas, com pleno aproveitamento de todas suas potencialidades.
- c) A Opinião Consultiva 17/2002 da Corte Interamericana consistiu na primeira vez em que a Corte IDH, no exercício de sua função contenciosa reconheceu a criança como sujeito de direitos.
- d) No tocante à definição de criança, a Corte IDH seguiu o disposto no art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, preferindo uma definição simples, entre maiores e menores de 18 anos, significando “criança” toda pessoa que não tenha atingido 18 anos completos
- e) A Corte assumiu um sentido material de igualdade, em relação a menores de 18 anos: trata-se de um direito que tem por objetivo o “desenvolvimento harmonioso da personalidade das crianças e desfrute dos direitos que lhes são reconhecidos”, assim, impõe obrigação de sua garantia pelo Estado

90. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- a) É válida a extinção de medida socioeducativa de internação quando o juízo da execução, ante a superveniência de processo-crime após a maioridade penal, entende que não restam objetivos pedagógicos em sua execução.
- b) A ordem cronológica para adoção tem caráter absoluto.
- c) A existência de vínculo familiar ou de parentesco constitui requisito para a legitimidade ativa do interessado na requisição da medida de perda ou suspensão do poder familiar, conforme entendimento atualizado do STJ.
- d) Para o STJ, os requisitos previstos no ECA em relação a adoção são obrigatórios e não se admite a flexibilização com fulcro no princípio da proteção integral.
- e) De acordo com o STJ, a contagem dos prazos nos ritos regulados pelo ECA ocorre em dias úteis, aplicando-se o entendimento do CPC/15.

91. Em relação ao entendimento do STJ, assinale a alternativa correta em relação a superveniência da maioridade penal:

- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- b) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional mas interfere na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- c) A superveniência da maioridade penal interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.

d) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, exceto na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos

e) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 18 anos

92. De acordo com o STJ, assinale a alternativa incorreta:

a) O juízo especializado da Justiça da Infância e da Juventude não é competente para o cumprimento e a efetivação do montante sucumbencial por ele arbitrado.

b) Tratando-se de medida socioeducativa aplicada sem termo, o prazo prescricional deve ter como parâmetro a duração máxima da internação (3 anos), e não o tempo da medida, que poderá efetivamente ser cumprida até que o socioeducando complete 21 anos de idade.

c) Em caso de discordância parcial quanto aos termos da remissão, não pode o juiz modificar os termos da proposta do Ministério Público no ato da homologação, para fins de excluir medida em meio aberto cumulada com o perdão.

d) O fato do adolescente estar cumprindo medida socioeducativa longe da família não viola o artigo 49 do ECA.

e) No procedimento para aplicação de medida socioeducativa é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.

DIREITO INSTITUCIONAL

Marcos Gomes

93. Acerca dos princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional foram elevados a princípios constitucionais pela Emenda Constitucional n. 45.
- b) De acordo com o princípio da indivisibilidade, os defensores podem se substituir um ao outro, evitando a solução de continuidade.
- c) De acordo com o princípio da independência funcional, o defensor deve atuar conforme sua convicção, evitando subordinações que não seja a lei e a Constituição.
- d) Conforme o princípio da unidade, a Defensoria Pública possui vocações e objetivos únicos, existindo verdadeira unidade funcional entre todas as Defensorias (União, estados e DF e territórios).
- e) Com base no princípio da independência funcional, se um defensor substitui outro de férias, poderá deixar de seguir a estratégia processual trilhada pelo defensor público substituído, sempre preservando o melhor interesse do assistido e de forma fundamentada.

94. Acerca dos modelos de prestação de assistência jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) no modelo *pro bono*, temos um serviço prestado por advogados, de forma caritativa, sem contraprestação do Estado, sendo certo que foi o modelo que prevaleceu durante o Brasil colônia.
- b) no modelo *judicare*, temos uma assistência pulverizada, ou seja, espalhada entre profissionais liberais.
- c) No modelo público, adotada de forma pioneira na Constituição de 1934, com previsão de uma Defensoria Pública, temos uma instituição, com servidores públicos, responsáveis por prestar o serviço público.

d) De acordo com o texto expresso da Lei Complementar n. 80/94, a assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

e) Entre as vantagens apontada pela doutrina acerca da adoção de um modelo público podemos citar a atuação estratégica e a superação de um modelo de assistência jurídica privado-individualista.

95. Destaque a alternativa INCORRETA em relação a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a atuação da Defensoria Pública em tutela coletiva:

- a) De acordo com o STJ, o termo necessitados deve ser interpretado em sentido amplo, motivo pelo qual existe pertinência subjetiva para que a Defensoria Pública defenda os direitos dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.
- b) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Defensoria Pública poderá defender direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos.
- c) A legitimidade da defensoria pública para ajuizar ação civil pública não está condicionada à comprovação prévia da hipossuficiência dos possíveis beneficiados pela prestação jurisdicional.
- d) Conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça, para a adequada resolução dos litígios estruturais, é preciso que a decisão de mérito seja construída em ambiente colaborativo e democrático, motivo pelo qual se admite a intervenção da Defensoria Pública como *amicus curiae*, não existindo posicionamento expresso do Tribunal Superior sobre a intervenção *custos vulnerabilis* até o momento.
- e) A Defensoria Pública possui legitimidade para impetrar *habeas corpus* coletivo, a exemplo de questões envolvendo prisão civil de devedores de alimentos durante a pandemia do coronavírus.

96. São garantias dos membros da Defensoria Pública, nos termos da LC n. 80/94, exceto:

- a) a independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- b) a inamovibilidade;
- c) a irredutibilidade de vencimentos;
- d) a estabilidade.
- e) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral.

97. Sobre a estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012 dispõe que:

- a) a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado é órgão superior.
- b) o Gabinete Biomédico é órgão auxiliar.
- c) os Núcleos Especializados da Defensoria Pública do Estado são órgãos de execução.
- d) As Subdefensorias Públicas-Gerais do Estado para Assuntos Institucionais, para Assuntos Jurídicos e para Assuntos Administrativos são órgãos de Administração.
- e) As Defensorias Públicas Regionais são órgãos de execução.

98. No que tange a autonomia da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Existem resoluções da Organização dos Estados Americanos que destacam a importância da adoção de um modelo público de assistência jurídica, bem como a importância de se fortalecer a autonomia da instituição.
- b) De acordo com o STF, é inconstitucional a norma local que estabelece a vinculação da Defensoria Pública a Secretaria de Estado.
- c) Norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo não extrapola o modelo da Constituição Federal (art. 134), o qual deve ser interpretado de forma ampla, abrangendo os mais diversos grupos em situação de vulnerabilidade.

d) De acordo com a Emenda Constitucional n. 74, aplica-se o disposto no §2º do art. 134 às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

e) A ideia de autonomia funcional da Defensoria Pública relaciona-se com o espaço de liberdade institucional para realizar suas atribuições, com o escopo de alcançar as finalidades institucionais e constitucionais, guiando-se pelas leis e pela Constituição, livre de ingerências externas, notadamente dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

99. Sobre a gratuidade de justiça, assinale a alternativa CORRETA.:

a) Sobrevindo o trânsito em julgado de decisão que revoga a gratuidade, a parte deverá efetuar o recolhimento de todas as despesas de cujo adiantamento foi dispensada, inclusive as relativas ao recurso interposto, se houver, no prazo fixado pelo juiz, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas em lei.

b) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento, sendo defeso o parcelamento pelo juiz.

c) Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural e jurídica sem fins lucrativos.

d) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

e) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao ajuizamento da ação, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguido-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

100. Acerca dos direitos dos usuários da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os assistidos possuem direito à informação sobre a informação sobre a localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública, bem como sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses.
- b) Existe previsão expressa sobre o direito à a qualidade e a eficiência do atendimento.
- c) O direito de ter sua pretensão ajuizada por outro defensor no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público.
- d) O direito ao patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- e) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DPE-RS-24-10>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

CONFIRA: [CURSOS PARA DPE-RS](#)
